

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

No dia 15 de agosto de 2025, às 14h30min, no formato híbrido, teve início a Reunião Unificada dos Conselhos Estaduais de Pernambuco - Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural - CEPPC; Conselho Estadual de Política Cultural - CEPC e o Conselho Consultivo do Audiovisual de Pernambuco - CCAUPE. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as) Titulares CEPC: **Augusto Ferrer de Castro Melo; Arthur Bruno de Medeiros Teti; Rafael Farias Almeida; Wagner Staden de Vasconcelos Egito; Roberto Gercino; Wllyssys Wolfgang Reis Dias Araújo; Filipe Moura; Josenildo Sinésio; Lucas Fernando Barbosa Correia.** Conselheiros(as) Titulares CEPPC: **Ana de Fátima Braga Barbosa; Augusto Ferrer de Castro Melo; Cláudio Brandão de Oliveira; Elinildo Marinho de Lima; Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho; Maria Elizabeth Santiago de Oliveira.** Conselheiros (as) Suplentes CEPPC: **Ana Paula Nebl Jardim; Henrique Luiz de Lucena Moura; Márcio Campos D'Oliveira; Rinaldo Carvalho Barbosa.** Conselheiros (as) Titulares CCAUPE: **Alexandre Soares; Cynthia Falcão.** Conselheiros (as) Suplentes CCAUPE: **Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano; André Pina; José Cleiton S. de Lima.** PAUTA: 01 – Regionalização e Devolutiva (escuta das indicações dos Conselhos) sobre os Equipamentos que serão apoiados pela PNAB (ciclo 02); 02 – PNAB (ciclo 02). **Rafael Farias** informou que a reunião unificada dos três Conselhos teve início no dia 15 de agosto, destacando a presença de conselheiros e conselheiras, bem como de representantes da Secretaria de Cultura de Arcoverde, em nome de Pedro Brandão, e da equipe de apoio. Justificou a ausência de Amanda Carneiro, que, em fase final de gestação, deixou sua equipe preparada para dar suporte. Agradeceu à Casa dos Conselhos e anunciou que iniciaria pelos informes, verificando se Carlos Pereira, do Ministério da Cultura, já estava on-line para repassar um recado aos presentes. Acrescentou que seriam abordados os temas de regionalização e devolutiva das escutas relativas aos equipamentos apoiados pela PNAB ciclo 2, com falas presenciais e virtuais, descentralizando os debates já iniciados pela Secretaria de Cultura. Informou ainda que seriam apresentadas atualizações sobre a PNAB ciclo 2, ressaltando que a sistematização das escutas feita pela sociedade civil ainda não estava disponível, o que impossibilitava o Conselho de deliberar sobre validações sem antes conhecer as propostas apresentadas. Destacou que a sociedade civil possui direito de manifestação, sendo o Conselho de Cultura o canal oficial dessa interlocução. Por fim, abriu espaço para informes dos conselheiros e anunciou a palavra a Carlos Pereira, representante do Ministério da Cultura. **INFORMES.** **Carlos Pereira** saudou os presentes e ressaltou a importância das portarias recentemente publicadas pelo Ministério da Cultura, que convidam os estados a aderirem às políticas de ações continuadas. Explicou que a adesão permitiria a realização de projetos de forma plurianual, sem necessidade de novos editais a cada ano, garantindo maior longevidade e praticidade na execução. Acrescentou que tais



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

medidas também contemplam clínicas de capacitação e treinamento para gestores de cultura, sendo fundamental que Pernambuco acompanhe essa definição, assim como outros estados já o fizeram. Finalizou desejando uma boa reunião e agradecendo a atenção de todos. **01 – Regionalização e Devolutiva** (escuta das indicações dos Conselhos) sobre os Equipamentos que serão apoiados pela PNAB (ciclo 02). **Rafael Farias** agradeceu a intervenção de Carlos Pereira, representante do Ministério da Cultura em Pernambuco, e afirmou que o tema das portarias ainda não havia sido tratado no CEPC. Ressaltou que solicitariam maiores informações, mas adiantou que não via impedimento para que o Conselho aderisse à proposta apresentada. Em seguida, passou ao ponto da pauta referente à regionalização e à devolutiva das escutas sobre os equipamentos que seriam apoiados pela PNAB ciclo 2. Recordou que já havia ocorrido uma reunião anterior sobre regionalização, solicitada por conselheiros do interior, na qual foram debatidos os percentuais de distribuição (40, 20 e 20), tendo surgido divergências quanto ao desenho proposto pela Secretaria de Cultura. Informou que, na última reunião, a secretaria apresentou uma lista inicial de equipamentos que poderiam receber aportes financeiros, e que, questionada, respondeu que não seria obrigatório que fossem apenas equipamentos do Estado, cabendo ao Conselho sugerir outros. Rafael relatou que, diante disso, convidou representantes de municípios e conselheiros para apresentar novas indicações. Explicou que recebeu informação de Yasmim sobre a abertura de consulta pública vinculada ao Ministério da Cultura, mas que ainda não havia devolutiva. Ressaltou que o recorte inicial contemplava majoritariamente a Região Metropolitana, sem contemplar adequadamente o Sertão, situação semelhante ao ocorrido no ciclo 1 da PNAB, quando o Cais do Sertão concentrou os recursos. Destacou que o Conselho vinha cobrando maior equilíbrio territorial e que, por essa razão, incluiu na pauta a apresentação de novos equipamentos. Anunciou a presença do secretário de Cultura de Arcoverde, Pedro Brandão, para apresentar proposta de equipamento, e convidou Wllyssys Wolfgang para também contribuir com indicações de outros equipamentos. Em seguida, passou a palavra a Pedro Brandão para sua apresentação. **Pedro Brandão** saudou os conselheiros, o presidente Rafael Farias, a Secretaria Executiva Yasmim Neves e todos os presentes, apresentando-se como secretário de Cultura do município de Arcoverde há oito meses. Relatou que sua gestão, em conjunto com o Conselho Municipal de Cultura, tem buscado valorizar os artistas locais e fortalecer a cultura da cidade. Agradeceu o convite para participar da reunião e declarou estar feliz em expor a situação do Cinema Rio Branco, patrimônio de Arcoverde, de Pernambuco e do Brasil, inaugurado em 1917. Informou que o equipamento se encontra fechado e necessita de ampla requalificação, sendo este um desejo da atual gestão municipal, com apoio técnico do engenheiro Lucas Fernandes, da Secretaria de Planejamento, responsável pelo projeto. Explicou que algumas intervenções emergenciais



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

já foram realizadas, como a recuperação estrutural da marquise, que estava em risco de desabamento, mas destacou que a parte estética ainda não foi executada por falta de recursos. Relatou que o cinema apresenta sérios problemas de infiltrações, fissuras, forro comprometido, telhado danificado, além de instalações elétricas e hidrossanitárias deterioradas, banheiros inutilizáveis, portas comprometidas, cerâmicas quebradas e área verde externa degradada. Ressaltou também a necessidade de intervenções para garantir isolamento acústico adequado. Pedro Brandão afirmou que o projeto arquitetônico já está sendo reformulado e apresentado em detalhes aos conselheiros, incluindo registros fotográficos. Acrescentou que o objetivo é reabrir o cinema não apenas como sala de exibição, mas também como espaço cultural multifuncional, capaz de gerar turismo e movimentar a economia local. Destacou que o Cinema Rio Branco é considerado o terceiro cinema mais antigo em atividade da América Latina, o que aumenta sua relevância histórica. Concluiu solicitando o apoio do Conselho para que o equipamento fosse contemplado e reativado, resgatando sua importância como símbolo de memória, resistência e história para Arcoverde, Pernambuco e o Brasil. Colocou-se à disposição para esclarecimentos adicionais e agradeceu a todos. **Rafael Farias** agradeceu a presença de Pedro Brandão e do engenheiro Lucas, destacando a importância do equipamento cultural atualmente priorizado na cidade. Ressaltou que Arcoverde, com mais de 80 mil habitantes, não possui um cinema, apesar de haver produções audiovisuais locais, inclusive de cineastas como Wllyssys. Enfatizou que, para assistir a essas produções, é preciso se deslocar a cidades vizinhas como Triunfo ou Petrolina. Lembrou que o prédio do antigo cinema, um dos mais antigos do Brasil e com linhas arquitetônicas preservadas, permanece abandonado, ainda que já tenha passado por processos de restauração. Mencionou dificuldades recorrentes na manutenção do espaço, como a chegada de recursos seguidos de novos problemas, impedindo seu funcionamento pleno. Acrescentou ainda a situação da Casa do Cardeal, outro equipamento histórico em situação de abandono. Ressaltou sua relevância por estar vinculada à figura do Cardeal Arcoverde, o primeiro da América Latina, que dá nome à cidade. Em seguida, **Pedro Brandão** informou que a Secretaria de Cultura realizou uma visita técnica à Casa do Cardeal em março, após a qual foi solicitado um relatório da Defesa Civil. O documento encontra-se atualmente no gabinete do prefeito Zé e será encaminhado à Fundarpe. Destacou a importância do apoio do Governo do Estado para garantir o tombamento e a recuperação do imóvel, visando preservar a memória do Cardeal Arcoverde e promover o turismo. **Rafael Farias** também mencionou um terceiro equipamento, o teatro que leva o nome de Geraldo Barros, figura importante do teatro pernambucano. Lamentou que o espaço, iniciado há mais de 20 anos na gestão da ex-prefeita Rosa Barros, jamais tenha sido inaugurado, apesar de ter estrutura quase completa, incluindo mezanino, acústica adequada e palco. Comentou que diversos itens, como



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

cadeiras e cortinas, desapareceram ao longo dos anos e foram encontrados em outras secretarias e eventos, indicando abandono e falta de cuidado com o patrimônio público. Por fim, **Pedro Brandão** complementou que a atual gestão já realizou visitas técnicas ao teatro e registrou fotograficamente as condições do local. Reforçou que o espaço foi construído há mais de 30 anos e que está sendo elaborado um projeto de reforma. Ressaltou a necessidade de apoio externo, sobretudo do Conselho e do Governo do Estado, considerando que Arcoverde é reconhecida como um importante celeiro de artistas no campo das artes cênicas. Destacou ainda que o único teatro em funcionamento atualmente é o do SESC, o que reforça a urgência da reativação desse equipamento. **Willyssys Wolfgang** cumprimentou os presentes e informou que, assim como outros participantes, apresentou uma proposta relacionada ao fortalecimento da cultura na região. Mencionou que a proposta está em continuidade a conversas iniciadas desde o ano anterior com Ana Paula, destacando o objetivo de dar visibilidade aos equipamentos culturais do extremo do estado. Ressaltou dois equipamentos elegíveis para investimento na região, destacando, em especial, o Museu do Sertão de Petrolina. Justificou sua fala ao informar que obteve autorização da gestão da Secretaria de Cultura do município para representar o equipamento na ocasião, já que o dia coincidia com o feriado de Nossa Senhora Rainha dos Anjos e havia muitos eventos ocorrendo na cidade. Explicou que o museu possui mais de 3.000 objetos em acervo, distribuídos em diversas alas, incluindo acervo arqueológico, fauna e flora da Caatinga, casa sertaneja, jardim sertanejo, entre outros. Reforçou que o Museu do Sertão é um dos mais importantes da região, mas que necessita de modernização e requalificação estrutural, especialmente no que se refere à acessibilidade, aquisição de equipamentos, instalação de rampas e pisos adequados. Sugeriu que o museu fosse incluído na lista de instituições aptas a receber investimentos, afirmando estar à disposição para agendar, conforme disponibilidade de Ana Paula e da equipe responsável, uma conversa técnica sobre a requalificação. Enfatizou que o museu já está passando por melhorias com recursos da PNAB, mas que o montante é limitado, vindo do município, e que a ampliação do apoio seria essencial. Salientou que o equipamento pertence à prefeitura e tem papel fundamental na preservação da cultura sertaneja, atendendo não só turistas, mas também estudantes das redes municipais, estaduais e federais, bem como instituições de ensino superior. Finalizou colocando-se à disposição para intermediar o contato entre a gestão do museu e os órgãos competentes, visando garantir a entrega da documentação necessária para captação de recursos e a continuidade do projeto. **Eduarda Calisto** informou que atua como produtora em Petrolina e que participou da reunião a convite de Willyssys Wolfgang. Declarou estar representando a Fundação Nilo Coelho, que completou 60 anos de atuação e atende, anualmente, mais de duas mil pessoas por meio de cursos profissionalizantes. Destacou, em especial, o projeto “Festa Novos Talentos”, iniciado em 2009, que promove o

[Handwritten signatures and initials]



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

ensino de música para crianças em situação de vulnerabilidade social da periferia. Informou que o projeto já foi financiado por diversas fontes, como o Funcultura, Itaú Social e a Prefeitura Municipal, sendo atualmente mantido com apoio da fundação. Explicou que o projeto não apenas ensina música, mas também busca os alunos em suas comunidades para que possam participar das aulas. Ressaltou que, atualmente, as aulas ocorrem à noite, duas vezes por semana, pois não é possível realizá-las durante o dia devido ao barulho dos instrumentos. Apontou a necessidade urgente de isolamento acústico em três salas da fundação, com orçamento estimado em cento e noventa e oito mil reais. Com essa reestruturação, seria possível dobrar a capacidade de atendimento, passando de quarenta e seis para mais de cem alunos regulares. Eduarda afirmou já ter elaborado uma proposta completa com orçamento, que poderá ser enviada quando for disponibilizado o canal adequado. Destacou o impacto educacional do projeto, que inclui acompanhamento pedagógico dos alunos, incentivando sua permanência na escola. Mencionou que ex-alunos hoje são professores, mestres e doutores em música, com trajetória nacional e internacional. Informou ainda que muitos músicos da Filarmônica 21 de Setembro, que já acompanharam artistas como Geraldo Azevedo e Ivete Sangalo, são frutos do projeto. Reforçou que a fundação tem equipe dedicada à captação de recursos, mas enfrenta limitações estruturais para expandir o ensino de música. Por isso, solicitou que a instituição fosse inscrita na proposta da PNAB, para viabilizar o isolamento acústico e o aumento no número de beneficiados. Destacou que a Fundação Nilo Coelho é uma instituição reconhecida, com mais de quarenta funcionários, gestão transparente e respaldo da Procuradoria Geral do Estado e do município. Informou que o atual presidente é Miguel Coelho e os gestores são José Alberto Barbosa e Paula Barros, enquanto ela própria atua na área de projetos. Na sequência, **Willyssys Wolfgang** complementou a fala, informando que a Fundação Nilo Coelho foi a responsável por acolher a reunião descentralizada do Conselho. Ressaltou que a fundação possui auditório com apresentações culturais e se configura como um espaço de acolhimento à cultura em Petrolina, especialmente voltado à juventude em situação de vulnerabilidade, sendo uma instituição multiplicadora relevante na região. Por fim, **Rafael Farias** solicitou que toda a documentação apresentada, a exemplo do que foi feito pelo grupo de Arcoverde, fosse encaminhada a ele. Informou que os materiais podem ser entregues fisicamente na Casa dos Conselhos ou enviados por e-mail para que ele os encaminhe oficialmente à Secretaria de Cultura do Estado de Pernambuco. **Yasmim Neves** cumprimentou os presentes e explicou que, em relação ao ciclo 2 da PNAB, os recursos para equipamentos se referiam a imóveis e equipamentos eletrônicos, com o objetivo de garantir o melhor funcionamento dos espaços culturais. Observou que a apresentação de Eduarda Calisto tratava de uma demanda institucional e ressaltou que não seria possível aportar recursos diretamente para o projeto sem edital. Destacou a diferença entre



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

convênios com o município e convênios com instituições da sociedade civil, solicitando esclarecimentos sobre os critérios de filtro e direcionamento adotados. **Rafael Farias** afirmou que, no caso de Arcoverde, o projeto apresentado já estava detalhado e encaminhado diretamente para a Secretaria. Em relação ao caso de Eduarda Calisto, sugeriu que ela pudesse trazer maiores esclarecimentos. **Eduarda Calisto** informou que a Fundação Nilo Coelho, embora seja uma instituição privada, mantém parceria direta com a Prefeitura de Petrolina, sendo o espaço utilizado em projetos realizados em conjunto com o município. Ressaltou que a proposta de reestruturação da fundação visava devolver à sociedade as salas adequadas para aulas gratuitas de música e destacou que o projeto se enquadrava nos critérios apresentados, sugerindo que a discussão fosse aprofundada em reuniões específicas. **Rafael Farias** acrescentou que o projeto de cinema apresentado por Arcoverde estava bastante detalhado, com recortes de valores e etapas definidas, e que encaminharia toda a documentação para a secretaria executiva, a fim de ser analisada por Yasmim Neves e Ana Paula. Em relação ao caso de Eduarda Calisto, destacou que seria necessário um detalhamento maior em reunião específica. **Carlos Pereira** reforçou a fala de Yasmim Neves, destacando que projetos para pleitear recursos da PNAB devem ser submetidos via edital, conforme previsto em portarias do ministério. Ressaltou que qualquer outra forma de convênio depende de articulação direta entre o município e o Governo do Estado. Acrescentou que as portarias já preveem apoio para manutenção, reforma e até construção de prédios culturais, e orientou que o exemplo sirva de referência para conselheiros e gestores em futuras demandas. **Yasmim Neves** afirmou que a questão apresentada já havia sido trazida por Carlos Pereira e destacou que o recorte do projeto apresentado por Eduarda Calisto deveria seguir pelo caminho do edital. Ressaltou que outra possibilidade de captação seria por meio de emendas parlamentares, sejam federais, estaduais ou municipais. Explicou que, no âmbito da PNAB, só enxergava a possibilidade de direcionamento via edital, dando como exemplo o edital de museus, voltado à requalificação e ao retorno social. Informou que anotou os dois equipamentos levantados, o cinema de Arcoverde e o Museu do Sertão, em Petrolina, solicitando que fossem formalizados para envio, inclusive com valores, para que fosse possível analisar. Esclareceu que os recursos do ciclo 2 da PNAB eram destinados à requalificação de equipamentos eletrônicos e de som, e não para obras e reformas. Ressaltou que, no caso dos equipamentos apresentados, a exemplo do Museu do Sertão, o enquadramento deveria ocorrer em outra linha de ação da PNAB, como já havia ocorrido no ciclo 1. Mencionou também as portarias do Ministério da Cultura relativas ao Programa Nacional da Política Aldir Blanc, que preveem três recortes: ações continuadas, formação de gestores e requalificação de infraestrutura cultural (Infracultura). Explicou que esse seria o caminho para os editais voltados a equipamentos culturais. Destacou que o Conselho não poderia



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

assumir responsabilidades além de sua capacidade e que era necessário seguir as orientações formais recebidas do Ministério, para garantir respaldo às decisões. Ressaltou ainda que o repasse de recursos se daria por meio de termos de convênio entre a Secult e os municípios, como já ocorreu em outras experiências, e que seria fundamental o município estar ciente do processo. Por fim, rememorou o processo de regionalização, ressaltando que o Conselho Estadual de Política Cultural já havia discutido, em fevereiro, com os conselheiros Wllyssys Wolfgang e Rafael Farias, a redistribuição de recursos. Informou que ficou acordado apresentar um estudo junto à Secult e devolver os resultados ao Conselho, em diálogo também com a sociedade civil. Ressaltou que a pauta da regionalização vinha sendo discutida e que era importante ter cuidado com as falas e formas de comunicação para não gerar interpretações equivocadas junto à sociedade civil. **Wllyssys Wolfgang** destacou que havia se passado 378 dias desde a última reunião em que foi tratado o tema dos equipamentos culturais e reiterou a necessidade de descentralização real dos recursos da PNAB. Ressaltou que, no ciclo anterior, 100% da verba foi aplicada na capital, sem contemplar o Sertão, que representa grande parte do território estadual e não dispõe de equipamentos culturais do governo, exceto o Cine Guarany. Defendeu que instituições do interior, como o Museu do Sertão e o Cinema Rio Branco de Arcoverde, fossem contempladas e questionou quais seriam os procedimentos necessários para formalizar essas propostas dentro do prazo. Em resposta, **Yasmim Neves** afirmou que não se opunha à interiorização, mas explicou que, até o momento, não havia condições de execução em alguns casos. Reforçou que era necessário diferenciar as pautas de regionalização e de equipamentos, esclarecendo que a responsabilidade sobre estes últimos cabia à Fundarpe, razão pela qual sugeriu que sua equipe fosse chamada às próximas reuniões. Destacou que projetos apresentados pela sociedade civil, como o de Eduarda Calisto, tinham caminhos jurídicos diferentes dos equipamentos governamentais e que, nesses casos, a contrapartida seria a abertura ao uso pela sociedade. **Ana Paula Jardim** complementou que os convênios seriam celebrados diretamente com os equipamentos indicados, os quais deveriam estar preparados para funcionar e prestar contas dos recursos, conforme demanda apresentada pela sociedade civil no ciclo anterior. **Íris Macedo** agradeceu as contribuições e reforçou que os objetos discutidos se referiam a equipamentos mantidos pelo governo estadual. Ressaltou que projetos de fundações ou associações, como o da Fundação Nilo Coelho, não poderiam receber repasse direto sem chamamento público. Observou que as demandas de reforma estrutural, como no caso do Cinema Rio Branco de Arcoverde, não se enquadravam no momento, mas poderiam ser discutidas em outra oportunidade. Pontuou ainda as dificuldades práticas enfrentadas em convênios com municípios, mencionando bloqueios judiciais ou falta de condições técnicas para execução. **Rafael Farias** afirmou que não concordava com alguns pontos discutidos, destacando que,

7



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

em sua visão, a responsabilidade de pautar e apontar os caminhos era do Conselho, conforme previsto na regulamentação da PNAB. Ressaltou que o Conselho, sendo paritário, tinha a função de debater e deliberar, enquanto a Secretaria de Cultura apenas executava e verificava a viabilidade. Relatou conversas anteriores com o Tribunal de Contas e com o Ministério Público, nas quais defendeu que as decisões deveriam partir do Conselho. **Willyssys Wolfgang** registrou que o Ministério da Cultura o havia escolhido como um dos quatro representantes do audiovisual no Nordeste. Relatou com orgulho que os dois melhores filmes pernambucanos, em curta e longa-metragem, eram de Petrolina, sendo um deles de sua autoria. Explicou que suas referências à reforma tinham se referido, na verdade, à modernização, como aquisições de equipamentos e melhorias de infraestrutura, exemplificando com investimentos previstos em outros espaços culturais. Defendeu que algo semelhante deveria ser feito no Museu do Sertão, que poderia ser fortalecido com valores menores do que os previstos para outros equipamentos. Enfatizou a importância da presença do Estado na região, sem deixar de reconhecer que a Secretaria de Cultura vinha mantendo o diálogo. **Yasmim Neves** respondeu que discordava da forma como Rafael havia colocado a questão, lembrando que o Conselho vinha sendo ouvido e respeitado desde 2020. Ressaltou que o prazo para definição do PAR era até 31 de agosto, sendo necessário que o Conselho decidisse sobre os aportes, como os destinados ao Cine Rio Branco e ao Museu do Sertão, especificando se seriam para reformas, obras ou aquisições. Explicou que alterações nessa linha exigiriam a readaptação de valores já apresentados. Destacou a necessidade de que o Conselho formalizasse suas deliberações em documento assinado pelo presidente, para que fossem encaminhadas à Secretaria dentro do prazo. **Rafael Farias** reforçou que buscava garantir uma formalização robusta das decisões e sugeriu a convocação de uma reunião extraordinária para a semana seguinte, a fim de votar os pontos e elaborar o documento oficial a ser encaminhado. **Íris Macedo** esclareceu que não havia intenção de retirar do Conselho o papel de decisão, mas de destacar que a pauta discutida inicialmente tratava de aquisição de equipamentos culturais, com valores entre R\$ 50 mil e R\$ 300 mil, e não de reformas estruturais, como a do Cine Rio Branco, cujo custo seria muito superior. Explicou que se tratavam de objetos distintos e que, portanto, seria necessário abrir outra discussão específica para tratar de reformas, com fontes e rubricas diferentes. Reiterou o reconhecimento da importância do debate e agradeceu os esclarecimentos que haviam sido feitos. **Rafael Farias** informou que Yasmim não conseguiu trazer a sistematização das escutas da sociedade civil sobre a PNAB, mas apresentou o que já estava desenhado até o momento. Registrado que Yasmim o atualizou sobre os municípios contemplados com CEUs da Cultura, sendo eles: Serra Talhada, Petrolândia, Floresta, Ipojuca, Buique, São Lourenço da Mata, Custódia, Olinda, Arcoverde, Itapissuma, Camaragibe, Petrolina, Jaboatão dos Guararapes e Paudalho. Em

D *P* *T*

7

8



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

seguida, relatou o **cronograma do ciclo 2 da PNAB em 2025**: 14/05: adesão da PNAB e assinatura do termo pelo MinC; 19/05: reunião do CEPC para avaliação da PNAB 2024 e definição de melhorias; 06/06: apresentação do edital de busca ativa; 11/06: retorno dos pontos elencados pelo CEPC; 17/07: apresentação dos temas da PNAB aos Conselhos; 31/07: apresentação dos equipamentos e devolutiva dos Conselhos; 15/08: reunião sobre regionalização e devolutiva; 25/08: construção interna do PAR e análise da elaboração; 26/08: apresentação e validação final do PAR pelo CEPC; 31/08: envio do PAR ao MinC, prazo final. Rafael destacou que o prazo para validação final do PAR pelo Conselho seria em 26 de agosto, para posterior envio ao Ministério. **Yasmim Neves** registrou que estavam dialogando sobre a PNAB ciclo 2 e destacou a necessidade de trazer uma devolutiva para o conselheiro Wllyssys, ressaltando pontos importantes para clareza do processo. Informou que foi apresentado o primeiro recorte do PAR, referente ao fomento geral por meio de editais, ficando os três Conselhos com a tarefa de analisar a apresentação e devolver apontamentos. Relatou que o Conselho de Preservação (CEPPC) enviou retorno em relação ao direcionamento das faixas de linhas, conforme o edital de museus, e que tais apontamentos seriam devolvidos até a segunda-feira seguinte. O Conselho de Audiovisual enviou proposta de alteração em duas faixas de valores: uma mudança de R\$ 50.000 para R\$ 100.000 no edital de multilinguagens e a ampliação do valor de R\$ 36.000 para o edital de formação. Já o CEPC não apresentou alterações de valores ou faixas, limitando-se a recortes em relação ao edital. Yasmim afirmou que era necessário definir os valores dos equipamentos, pois essas alterações impactariam o PAR a ser enviado ao Ministério até 31 de agosto. Ressaltou que o sistema CultBR exigia precisão até em centavos e que precisava das definições para inclusão e conferência. Sugeriu que a reunião extraordinária convocada por Rafael Farias deveria ser utilizada para deliberar os valores dos equipamentos, lembrando que, ao acrescentá-los, seria necessário reduzir recursos de outros editais. Enfatizou a importância de definir se seriam aceitas as propostas do Conselho de Audiovisual e se deveria ser considerada a sugestão do CEPC de tratar equidade de valores por linguagem. Destacou que qualquer mudança de valores reverberaria em todo o planejamento, exigindo reestudo e readequação. Informou que a reunião final para validação do PAR estava prevista para 26 de agosto de 2025. **Rafael Farias** complementou que alguns documentos recebidos eram de caráter setorial, como os encaminhados por Bárbara Collier e Wagner Egito, não sendo deliberações do Conselho de Política Cultural. Propôs que, na reunião seguinte, fossem organizados e votados os pontos, para consolidar um documento oficial do Conselho a ser encaminhado à Secretaria de Cultura. **Yasmim Neves** observou que o CEPC estava em atraso no processo, pois deveria ter consolidado as sugestões em 17 de julho, data inicialmente prevista para devolutiva dos Conselhos. Ressaltou que, embora os Conselhos setoriais tivessem encaminhado propostas, era



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

fundamental que fossem validadas pelo CEPC de forma unificada, uma vez que o Ministério da Cultura reconhecia apenas a escuta formalizada por este Conselho. **Wagner Egito** registrou tranquilidade após a fala de Yasmim, afirmando que havia ficado preocupado com o risco de ingerência de atribuições entre os Conselhos, mas que se tranquilizou ao compreender que a escuta final era de responsabilidade do Conselho de Política Cultural. Ressaltou, ainda, a importância dos resultados das escutas da sociedade civil. **Yasmim Neves** explicou que não havia prometido apresentar a escuta a Rafael naquele dia, pois a sistematização das escutas feitas pelo Mapa Cultural ainda não havia sido concluída. Informou que o prazo das escutas havia sido prorrogado até a segunda-feira seguinte, quando os dados foram organizados, e que até aquele momento já havia 571 respondentes na PNAB do ciclo 1 de 2024. Ressaltou que seria impossível trazer todas as informações de forma organizada naquela data, já que os dados ainda estavam sendo tratados. Pontuou que a Secretaria precisava, independentemente de quem estivesse à frente, realizar a escuta junto a sociedade civil, e que, assim como no primeiro ciclo, a escuta foi aberta via Mapa Cultural também no segundo, com o objetivo de realizar um estudo comparativo sobre como a sociedade civil recebeu a PNAB em 2024 e como se desdobraria em 2025. Explicou que a consulta foi lançada no dia 30 de julho e ficou aberta até o dia 11 de agosto, totalizando cerca de 10 dias. Destacou que, mesmo com um prazo menor que o da consulta anterior, houve mais respostas, o que demonstrava maior aproximação da sociedade civil com a execução da PNAB. Acrescentou que o documento resultante seria organizado e apresentado ao Conselho, refletindo o que seria direcionado no PAR, de modo a consolidar os diálogos realizados. Comentou também o documento enviado pelo Conselho em 18 de julho, que tratava de melhorias no processo da PNAB como um todo, esclarecendo que esse material não estava diretamente ligado ao PAR, mas sim à avaliação do que já havia sido executado. Reforçou que era necessário separar os dois momentos: a avaliação e o direcionamento orçamentário atual, voltado ao PAR. Em resposta a questionamentos de Wllyssys, afirmou que não havia recebido alterações do Conselho de Patrimônio em relação a faixas de valores ou linhas de financiamento. Explicou que apenas o Conselho de Audiovisual havia enviado três sugestões: aumentar a quantidade de propostas no edital de multilinguagens, incluir mais editais de formação com valor de R\$ 36.000,00 e alterar a faixa do edital de audiovisual para R\$ 100.000,00. Destacou que precisava compreender como o CEPC iria se posicionar diante dessas questões e solicitou que, caso houvesse alterações, fossem enviadas formalmente para que os cálculos fossem refeitos. Sobre equipamentos, esclareceu que não existia um valor fixo definido, pois os montantes eram estabelecidos a partir de visitas técnicas e diálogos com gestores municipais e a superintendência de equipamentos da Fundarpe. Afirmou que caberia ao CEPC indicar, por exemplo, se aceitaria dois equipamentos em Arcoverde e

(Handwritten signatures of participants)



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

Petrolina, e que essa decisão precisaria constar em documento oficial. Por fim, destacou a necessidade de separar os temas em momentos distintos para evitar confusões, reforçando que haveria outras reuniões específicas sobre editais, implementação de políticas afirmativas, processos de ranqueamento e regionalização. Ressaltou que a discussão sobre a divisão 40-20-20 já vinha de diálogos anteriores, mas que ainda deveria ser revisitada pelo Conselho. Encerrou afirmando que acreditava ter respondido a todas as questões levantadas. **Willyssys Wolfgang** propôs que o CEPC encaminhasse um ofício incluindo os dois equipamentos do Sertão, visto que anteriormente não constavam na lista apresentada, sugerindo a inclusão do Cinema Rio Branco de Arcoverde e do Museu do Sertão de Petrolina. Ele afirmou que, uma vez aprovado pelo Conselho, a carta seria enviada e a Secult realizaria a inclusão e redistribuição. **Rafael Farias** esclareceu que não realizou a votação naquele momento por falta de quórum e que a decisão seria tratada em uma reunião extraordinária na quarta ou quinta-feira seguinte. Propôs que, nessa reunião, fossem incluídos os dois equipamentos e definidos os valores para encaminhamento oficial à Secult, sugerindo a elaboração de um documento oficial contendo todas as alterações. **Yasmim Neves** destacou a importância de manter a quantidade mínima de 20 contemplados por faixa de equidade e por linguagem, para garantir a regionalização e a política afirmativa. Alertou que alterações na quantidade ou valores poderiam impactar os editais, especialmente o de multilinguagens, e reforçou que o documento deveria refletir esses critérios para envio ao PAR. **Rafael Farias** complementou que, até o momento, apenas o Conselho de Audiovisual havia sugerido alterações, especialmente no valor de R\$ 50.000, e que a proposta seria avaliada pelo Conselho para encaminhamento oficial. **Willyssys Wolfgang** sugeriu que Caio, do Observatório, apresentasse um levantamento sobre regionalização, e que Manuela também contribuisse, para que a próxima reunião já contasse com essas informações. **Yasmim Neves** acrescentou que, ao propor faixas de valores, seria necessário considerar a logística de pagamento, evitando valores e prazos que dificultassem a execução dos projetos, e reforçou que um valor fixo fechado seria mais eficiente do que múltiplos lotes. **Wagner Egito** perguntou sobre a possibilidade de chamar suplentes do PNAB 1. **Yasmim Neves** reafirmou que a sobra do edital de pontos e pontões seria utilizada no edital de premiação do Programa Cultura Viva. Informou que, na última reunião, Cleonice Maria apresentou algumas sugestões e que o Conselho aguardava a validação dessas propostas para lançar o edital. Esclareceu que o valor disponível é de aproximadamente R\$ 1.200.000 para o edital de pontos e pontões. Quanto aos suplentes, afirmou que a primeira leva já havia sido chamada com rendimento de R\$ 6 milhões aportados, e que não seriam convocados mais suplentes naquele momento, sendo necessário apenas consolidar as informações sobre a quantidade de pessoas que não puderam ser contempladas dentro do prazo e trazer a devolutiva final. Todos os suplentes



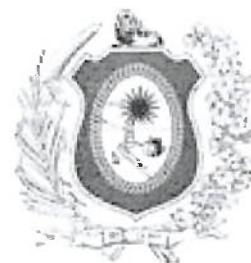
**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

previstos já haviam sido chamados. **Apresentação do levantamento sobre regionalização:** **Manuella Oliveira** agradeceu a oportunidade e informou que a proposta da apresentação era mostrar o estudo realizado, colocando-se à disposição para esclarecer dúvidas e disponibilizar o relatório completo. Ressaltou que o estudo comparava os efeitos concretos da política de distribuição da PNAB de 2024, fazendo também comparações com a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc. Destacou que os dados evidenciam que a política de regionalização vem sendo cumprida, reduzindo desigualdades territoriais, especialmente no interior, incluindo Agreste, Sertão e Zona da Mata. Observou que a apresentação de Caio Rios detalharia esses avanços ao longo do tempo. **Caio Rios** explicou que o estudo utilizou metodologia contrafactual para analisar o efeito da política 40, 20, 20, comparando a situação real com um cenário hipotético sem política de regionalização. Apresentou que, no cenário sem política, a Região Metropolitana do Recife (RMR) concentraria aproximadamente 57% das vagas, o Agreste 15,18%, o Sertão 15,89% e a Zona da Mata 11,98%. Com a política, a RMR passou a 40,3%, o Sertão 21,2% e a Zona da Mata 18,5%, evidenciando que a política consegue aproximar os percentuais estipulados de 40, 20, 20%. Caio detalhou impactos por edital: na RMR, o edital de bolsas reduziu de 99 para 66 vagas; na Zona da Mata, o número aumentou de 9 para 34. Para multilinguagens, a participação da Zona da Mata subiu de 5,5% para 20%. Para mulheres negras, houve aumento de 7% para 20% e de 8% para 16% em diferentes editais. Nos editais de formação e pesquisa, o Sertão passou de 34 para 48 vagas, a Zona da Mata de 20 para 38 e o Agreste de 29 para 46. O estudo evidenciou que, com a política 40, 20, 20, a RMR teve redução de 841 para 635 selecionados (-24%), enquanto o interior aumentou de 567 para 839 selecionados (Agreste, Sertão e Zona da Mata). Em comparação com os anos 2020 e 2021, antes da aplicação da política, nenhuma região do interior alcançava 20% de contemplados; a RMR tinha 68% e passou para 52% com a política. A política, segundo Rios, não prejudica nenhuma região do interior, corrigindo desigualdades de forma causal. Caio explicou que os dados apresentados inicialmente eram anteriores ao chamamento de suplentes. Com os últimos chamamentos, a RMR ficou com 955 propostas selecionadas (40,1%) e o interior com 1.424 propostas (59,9%), distribuídas em 18,4% na Zona da Mata, 21,5% no Sertão e 20% no Agreste. Quanto à distribuição de recursos, a RMR recebeu 39,74% do montante financeiro, enquanto o interior recebeu 60,26%. O Sertão recebeu 22,42% do recurso (R\$ 15.000.000), o Agreste 19,72% (R\$ 13.000.000) e a Zona da Mata 18,13% (R\$ 12.400.000). **Manuella** e **Caio** encerraram reforçando que o estudo comprova que a política de regionalização da PNAB cumpre seu papel, promovendo equidade territorial e que todos os dados estão disponíveis para consulta e comparação com a LPG, sendo atualizados constantemente. **Willyssys Wolfgang** agradeceu a Caio e a Manuella pela apresentação e ressaltou que tinha três dúvidas. Perguntou sobre o slide de descentralização

**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

apresentado no início, apontando que a soma dos percentuais era de 97,25% e não 100%, e quis compreender onde estavam alocados os demais percentuais. Comentou que os números da LPG indicavam 44,4% para o interior, lembrando que dados liberados anteriormente apontavam 56% para o interior e 44% para a Região Metropolitana do Recife (RMR), e destacou que essa diferença representa um decréscimo de R\$ 5 milhões em desfavor do interior, valor relevante para a região do Sertão. Acrescentou que a demanda não justifica a aplicação do recurso do Estado, pois o papel do Estado é fomentar a demanda, conforme a Lei Estadual 16.103 de 2017, e que a demanda histórica da RMR já oferece vantagens, mas isso não deve balizar a distribuição de recursos. **Caio Rios** explicou que a diferença que não totalizava 100% foi um erro na construção do slide. Esclareceu que o estudo contrafactual comparou o cenário real com um cenário sem a política de regionalização, usando o primeiro resultado da PNAB antes do chamamento de suplentes. Ressaltou que os números da LPG apresentados eram do estudo contrafactual e não do resultado final, que inclui todos os chamamentos de suplentes e ajustes de valores das propostas. O estudo visou demonstrar o impacto causal da política 40, 20, 20, comparando o mundo real com o cenário hipotético sem política afirmativa, sem considerar a demanda como fator principal de distribuição de recursos. **Willyssys Wolfgang** resumiu que cada ponto percentual abaixo do estipulado para o interior representa milhões de reais que deixam de chegar à região. Reforçou a importância de monitorar esses percentuais, pois pequenas variações (de um a cinco pontos percentuais) podem significar perdas significativas de recursos. **Rafael Farias** acrescentou que essa questão seria discutida na reunião de regionalização e enfatizou a importância de o Estado chegar a diferentes localidades, citando Arcoverde como exemplo de avanço, mas lembrando que o Sertão é formado por diversas regiões e que a atuação do Estado deve alcançar todos os territórios. **Ana Paula Jardim** destacou que o governo Raquel Lyra tem atuado na interiorização há dois anos e alguns meses, mas ressaltou que não é possível recuperar 20 anos de gestão em pouco tempo, afirmando que os números indicam avanços significativos alcançados até o momento. **Yasmim Neves** afirmou que havia encaminhado para Rafael e para a Casa dos Conselhos dois links com testes e todas as três instruções normativas relacionadas à Política Nacional Aldir Blanc. Reforçou que o objetivo é lançar o programa de busca ativa em 40 municípios ainda não atendidos, garantindo o compromisso de descentralização de recursos e de levar a política nacional a todos os municípios. Concluiu que todas as ações do Conselho são em prol da cultura de Pernambuco e que todos os presentes trabalham pelo fortalecimento do setor. O presidente **Rafael Farias Almeida** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Eu, **George André Gomes Bezerra**, na ausência da Secretária **Amanda Oliveira de Araújo Carneiro**, lavrei a presente ata, que, após ser considerada conforme, será assinada por mim e pelos demais conselheiros e conselheiras

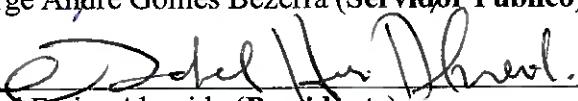




**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

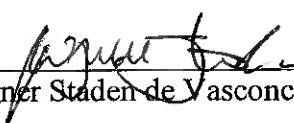
presentes na reunião.


George André Gomes Bezerra (Servidor Público)


Rafael Farias Almeida (Presidente)

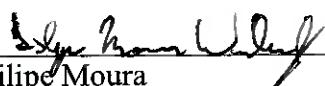
Augusto Ferrer de Castro Melo

Arthur Bruno de Medeiros Teti


Wagner Staden de Vasconcelos Egito

Roberto Gercino

Willyssys Wolfgang Reis Dias Araújo

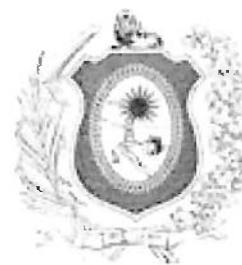

Filipe Moura

Josenildo Sinésio

Lucas Fernando Barbosa Correia

Ana de Fátima Braga Barbosa (Presidente do CEPPC)

Cláudio Brandão de Oliveira



**REUNIÃO UNIFICADA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL DE
PERNAMBUCO – CEPC 15/08/2025**

Elinildo Marinho de Lima

Harlan de Albuquerque Gadêlha Filho

Maria Elizabeth Santiago de Oliveira

Ana Paula Nebl Jardim

Henrique Luiz de Lucena Moura

Márcio Campos D'Oliveira

Rinaldo Carvalho Barbosa

Alexandre Soares

Cynthia Falcão

Yasmim Dyndara das Neves Crispiniano

André Pina

José Cleiton S. de Lima